



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL**

Conselho Tutelar e Religião

Análise sobre o conservadorismo cristão e a prática dos assistentes sociais.

Child Protective Services and Religion

Analysis of Christian conservatism and the practice of social workers.

Helen Daumas Dias¹

Juliana Barreto Martins²

Sara Elizabeth Mendes Lopes³

.Eixo Temático: EIXO 1- Políticas públicas, infância, adolescência e juventude.

Introdução

O trabalho tem como objetivo analisar a relação entre as políticas públicas e a religião no município de Cachoeiras de Macacu – RJ, desdobrando sobre a ação profissional do Conselho Tutelar e os desafios enfrentados pelos assistentes sociais frente ao crescimento de espaços institucionais administrados por lideranças religiosas. Abordando como a presença de agentes religiosos, sobretudo evangélicos, nas eleições e práticas do Conselho Tutelar tem influenciado em decisões que violam o princípio de laicidade do Estado. Assim, comprometendo a viabilização dos direitos básicos, principalmente no que se refere à proteção de crianças e adolescentes. (Santos, 2015).

Desenvolvimento

¹ Graduada em Letras Português/Literatura pela Universidade Federal Fluminense (2016) e estudante de Serviço Social na UFF. Email: hddias@id.uff.br

² Estudante de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense. Email: ju_martins@id.uff.br

³ Estudante de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense.
Email:saraelizabethmendeslopes@id.uff.br

Embora o recorte deste estudo seja o município de Cachoeiras de Macacu RJ, o contexto é baseado na realidade nacional, em que o Conselho Tutelar torna-se alvo de uma batalha simbólica entre o proselitismo religioso e o projeto democrático de proteção integral. Ainda que as igrejas ajudem com suas estruturas no trabalho de caridade e acolhimento, é observado que a moral cristã é imposta como padrão de comportamento e tudo que fugir do que for imposto torna-se alvo de exclusão (Santos, 2015). Devido aos valores conservadores, ficam excluídos, especialmente, adolescentes LGBTI+ , famílias de religiões afro-brasileiras e periféricas. Levando em consideração uma única regra de fé a ser seguida, e, através dela, são pautadas a moral e a forma de comportamentos a serem seguidos. Ou seja, transforma o Conselho Tutelar em espaço de disciplinamento, e não de garantia de direitos (Iamamoto, 2008).

Diante deste contexto, o Serviço Social é chamado a intervir de maneira crítica, alinhado ao projeto ético-político da profissão, com base na defesa dos direitos humanos, na afirmação da laicidade do Estado e na escuta qualificada das diversas expressões da questão social (CFESS, 2013). A leitura da conjuntura revela que o processo eleitoral para os conselheiros tutelares, ocorridos em 2023, permaneceu atravessado pela influência da extrema-direita e pela manipulação da fé como ferramenta de disputa política, mesmo após o final do governo Bolsonaro (Faleiros, 2004). Diversos candidatos foram impulsionados por lideranças religiosas e forças políticas locais, o que tensiona os fundamentos democráticos que deveriam orientar o funcionamento desse espaço de garantia de direitos (Souza, 2017).

O Conselho Tutelar, sendo um órgão responsável pela proteção da infância e adolescência, não deve ter sua conduta conduzida por projetos morais e cristãos, e sim, deve ser um espaço autônomo, plural e laico. Nesse contexto, é necessário que os profissionais do Serviço Social atuem de forma crítica, compreendendo os impactos das disputas ideológicas no acesso ao direito das crianças e adolescentes (Lima; Porto, 2020). Elaborando meios de enfrentamento, baseado no projeto ético-político da profissão, em prol da democracia, justiça social e mobilização popular.

Para o efetivo reconhecimento da importância e do trabalho do conselho tutelar na sociedade como um órgão protetor dos direitos das crianças e adolescentes se faz necessário uma comunicação clara. Um desafio contemporâneo é ir contra o conservadorismo religioso que vem crescendo, que atinge diretamente a concepção do conselho tutelar e sua credibilidade se tornando aos olhos públicos um espaço moralizador e punitivo (Santos, 2015). Com isso, o trabalho do Serviço Social se torna indispensável para dialogar com a população e promover uma participação popular laica e universal (CFESS, 2013).

Conclusão

Diante do avanço do conservadorismo religioso, os assistentes sociais comprometidos com o projeto ético político da profissão, a partir de uma visão crítica da realidade social, necessitam criar estratégias de enfrentamento à intolerância religiosa, preconceito e violência. Por isso, o desafio profissional consiste em construir um espaço democrático e comprometido com a defesa dos direitos humanos em que através do seu trabalho dialoga e escuta às demandas da classe trabalhadora. Assim, o trabalho profissional se alinha à defesa dos direitos humanos e à promoção do acesso universal às políticas públicas (Iamamoto, 2008), resistindo à tentativa de moralização das instituições voltadas à proteção de crianças e adolescentes.

Palavras-chave:

Serviço Social; Conselho Tutelar; Religião; Laicidade; Direitos Humanos; Exercício Profissional; Infância.

Referências bibliográficas:

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para atuação de assistentes sociais no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: CFESS, 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. Violência e política pública. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Rodrigo; PORTO, Ana Paula. Os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar. In: RODRIGUES, L. A.; COSTA, J. D. (org.). Políticas Públicas e Direitos de Crianças e Adolescentes: trajetórias, desafios e conquistas. Niterói: Intertexto, 2020.

SANTOS, Luana M. Neutralidade religiosa ou imposição moral? Conselheiros tutelares e a laicidade no Brasil contemporâneo. Serviço Social & Sociedade, n. 122, p. 56-74, 2015.

SOUZA, Mariana T. Educação, religião e território: uma análise sobre programas sociais ligados a igrejas em Cachoeiras de Macacu. Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, p. 1-15, 2017.